

Ibsen e Benevides também lutam contra o tempo

Luiz Antônio — 11/11/91

Luiz Antonio — 15/01/92

Itamar Garcez

Na última quarta-feira, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), presidente da Câmara, digladiou durante toda a tarde com as lideranças partidárias, tentando votar o projeto da concessão de serviços públicos. Fracassou. Havia quórum, mas não havia consenso. Os líderes valeram-se de um instrumento inédito na história do Legislativo: a obstrução, sempre utilizada pelas minorias, foi unânime entre os partidos. “É o vício do consenso que temos que romper”, critica o parlamentar. Para ele, “a busca do consenso tem limite”. Para tentar votar sem riscos, os deputados emperam há três anos a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), que ainda não chegou ao plenário. “Os líderes têm medo de votar”, comenta Pinheiro.

Para agilizar as votações, o presidente da Câmara já determinou votações de segunda a sexta-feira nas duas últimas semanas de junho. Ele não quer caracterizar dessa forma, mas se trata do esforço concentrado,



Benevides: contra as MPs

quando os parlamentares dedicam um período exclusivo para votações, buscando “limpar a pauta”.

Ao lado de Ibsen Pinheiro, em defesa do Legislativo, o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), presidente do Senado, apresenta exemplos da agilidade parlamentar para justificar a baixa produtividade do semestre: a aprovação sumária do sa-



Ibsen: rompendo o vício

lário mínimo e da subvenção à agricultura, neste semestre.

A campanha eleitoral promete prejudicar as votações de agosto até meados de outubro, quando as urnas vão revelar os novos prefeitos e vereadores em todo o país. Mais realista, o líder do PTB na Câmara, deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), reconhece que ficará “bem mais difi-

cil aprovar projetos importantes durante as eleições”.

A expectativa de um recesso *branco*, entre agosto e setembro, em função das eleições municipais, justificaria, inclusive, a tese de que é necessário avançar no recesso parlamentar de julho. O senador Mauro Benevides promete “desestimular essa idéia”, de compensar a paralisação prevista para o período eleitoral com o retardamento do recesso constitucional, em julho.

A adoção de medidas provisórias, como pressão para que o Congresso vote mais em menos tempo, é rechaçada. “As medidas não ajudam nada”, resume Benevides. Ibsen Pinheiro também não aceita a pressão do Executivo. Da pauta de prioridades da Câmara, estabelecida no final de abril, o presidente da Câmara já retirou a lei orgânica dos partidos e o rito sumário para reforma agrária, que ficaram para o segundo semestre. Mas acrescentou duas emendas à Constituição: uma, antecipa o plebiscito sobre sistema de governo; outra, limita o número de vereadores.